

igfss



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

MARÇO 2011



SEGURANÇA SOCIAL



FICHA TÉCNICA

Título

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE MARÇO DE 2011

Autor/Editor

INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.

Av. Manuel da Maia, n.º 58

1049-002 Lisboa

Tel: 21 843 33 00

Fax: 21 843 37 20

Email: IGFSS-DOC.EXEC@seg-social.pt

Concepção Técnica

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E CONTA

Data de Edição

15 de Abril de 2011

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	1
II. RECEITA	2
Receita de Contribuições	2
Receita do IVA Social – Lei nº. 39-B/94, de 27 de Dezembro	2
Transferências do MTSS	3
Transferências do Ministério da Educação	3
Transferências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	3
Transferências do Exterior – Fundo Social Europeu	4
III. DESPESA	4
Pensões e Complementos	4
Rendimento Social de Inserção	4
Abono de Família	4
Subsídio e Complemento de Doença	5
Subsídios de Desemprego e Social de Desemprego e Apoios ao Emprego	5
Complemento Solidário para Idosos	5
Subsídio de Parentalidade	5
Acção Social	6
Subsídios a Acções de Formação Profissional	6
IV. SALDO ORÇAMENTAL	6
Receita Efectiva	6
Despesa Efectiva	7
V. ANEXOS	9
Decomposição do Saldo Global da Segurança Social	10



RELATÓRIO SINTÉTICO

I. INTRODUÇÃO

A receita e a despesa total do período em análise, evidenciam um acréscimo em relação ao período homólogo de 2010 de 24,7% e 18,9%, respectivamente, justificados, fundamentalmente no que se refere à receita, pelo aumento quer nos activos financeiros (808,8 milhões de €), quer no saldo de anos anteriores com aplicação em despesa (742,7 milhões de €), quer, ainda, das contribuições (101,8 milhões de €) e, no que diz respeito à despesa, fundamentalmente pela aumento dos activos financeiros (1.124,5 milhões de €), em prestações sociais (menos 18,8 milhões de €) e em transferências e subsídios correntes (120,6 milhões de €).

A receita efectiva regista um acréscimo de 3,1% enquanto que a despesa efectiva evidencia um acréscimo de 1,9% quando comparadas com os valores registados no período homólogo de 2010.

O comportamento da receita está condicionado, nomeadamente, pela evolução das contribuições e das transferências correntes obtidas que representam respectivamente 59,1% e 38,4% da receita efectiva. A receita de contribuições evidencia um acréscimo de 3,1% relativamente ao período homólogo de 2010 enquanto que as transferências correntes obtidas registam um acréscimo de 3,4% relativamente a igual período de 2010.

As despesas correntes com prestações sociais e outras transferências e subsídios correntes apresentam uma variação negativa de 0,5% face ao período homólogo. Para este comportamento concorre a evolução da despesa com pensões que representa 59,2% daquela despesa e que no período de Janeiro a Março regista uma variação de apenas 2,9%, a mais baixa variação verificada nas últimas duas décadas.

A despesa com transferências e subsídios correntes regista uma variação homóloga 37,6% essencialmente decorrente de um aumento verificado nos pagamentos relacionados com AFP/FSE.

A execução orçamental do período em análise gerou um saldo orçamental na óptica da contabilidade pública de 579,7 milhões €.



II. RECEITA

A receita efectiva atingiu no período em análise 5.746,6 milhões €, denotando, em relação ao período homólogo do ano anterior, um acréscimo de 3,1%. Para o referido resultado contribuíram, nomeadamente:

Receita de Contribuições

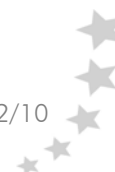
As contribuições e quotizações cobrados no período de Janeiro a Março de 2011 situam-se em 3.394,1 milhões €, representando 59,1% da receita efectiva do Sistema de Segurança Social e evidenciando um acréscimo de 3,1% relativamente a igual período de 2010, reflectindo o impacto do enquadramento dos trabalhadores bancários no regime geral dos trabalhadores por conta de outrem e o efeito da entrada em vigor do Código Contributivo, bem como uma melhoria na cobrança coerciva.

Receita do IVA Social – Lei n.º. 39-B/94, de 27 de Dezembro

O valor recebido de IVA Social para financiamento do Subsistema de Protecção Familiar atingiu o montante de 178,8 milhões de €.

Subsistema de Protecção Familiar

Rúbricas	Em €		
	Exec. Orçamental Janeiro a Março 2010	Exec. Orçamental Janeiro a Março 2011	Varição Homóloga Janeiro a Março 2010/2011
	(1)	(2)	(3) = (2-1)/(1)
IVA Social (Lei 39-B/94, de 27 de Dezembro)	172.275.000,00	178.797.506,00	3,79%
Sub-Total	172.275.000,00	178.797.506,00	3,79%



Transferências do MTSS

Transferência do OE

Rúbricas	Em €		
	Exec. Orçamental	Exec. Orçamental	Variação Homóloga
	Janeiro a Março 2010 (1)	Janeiro a Março 2011 (2)	Janeiro a Março 2010/2011 (3) = (2-1)/(1)
Subsistema Solidariedade			
Transferências do MTSS	1.067.326.209,75	1.131.219.669,98	5,99%
Receitas Cessantes	88.429.938,00	0,00	-100,00%
Subsistema Protecção Familiar (incluindo Iva - Lei nº 39/2005)	180.158.001,99	119.571.387,68	-33,63%
Subsistema Acção Social			
Transferências do MTSS	348.980.181,51	334.907.751,75	-4,03%
Sistema Previdencial			
Transferências do MTSS - Receitas cessante e Salários intercalares	0,00	67.516.668,02	
Para financiamento do QREN - Inclui juros da linha de crédito	60.089.886,48	28.961.544,54	-51,80%
Para financiamento dos QCA e anteriores quadros	5.790.502,26	487.500,00	-91,58%
Para financiamento da actualização de pensões	0,00	0,00	
Sub-Total	1.750.774.719,99	1.682.664.521,97	-3,89%

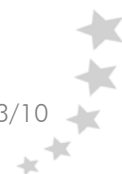
As transferências do MTSS, para cobertura financeira de despesas do Sistema Previdencial Repartição e do Sistema de Protecção Social de Cidadania – que inclui o Subsistema de Solidariedade, o Subsistema de Protecção Familiar e o Subsistema de Acção Social – atingiram 1.682,6 milhões €, reflectindo uma diminuição de 3,9% relativamente ao valor recebido em igual período do ano anterior, decorrente da redução das necessidades de financiamento no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social em resultado das medidas de consolidação orçamental implementadas.

Transferências do Ministério da Educação

A transferência do Ministério da Educação recebida no período em análise atingiu o montante de 31,1 milhões de € reflectindo o decréscimo de 8,1% relativamente ao período homólogo de 2010.

Transferências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

No valor de 33,7 milhões € acusam um decréscimo de 16,0% em relação ao período homólogo de 2010.



Transferências do Exterior – Fundo Social Europeu

No período de Janeiro a Março de 2011 foi recebido o montante de 269,3 milhões de € com origem no Fundo Social Europeu.

III. DESPESA

A despesa efectiva atingiu, no período de Janeiro a Março de 2011, o montante de 5.167,0 milhões €, representando, em relação a idêntico período de 2010, um acréscimo de 1,9% devido à variação homóloga das acções de formação profissional com suporte no Fundo Social Europeu cujo crescimento foi 187,8% e contrabalançado pelo comportamento da despesa com as prestações sociais que no seu conjunto, registaram um decréscimo de 0,4%, resultado significativamente inferior ao verificado no ano de 2010.

Para o supracitado comportamento da despesa, há a referir o seguinte:

Pensões e Complementos

A execução orçamental desta rubrica evidencia uma despesa de 3.059,8 milhões €, que se traduz num crescimento de 2,9% face ao período homólogo de 2010. Esta variação à semelhança do que sucedeu em 2010, corresponde à menor variação da despesa com pensões alguma vez verificada no sistema de segurança social.

A despesa registada na eventualidade da “Velhice” apresenta uma variação homóloga de 4,7%, na eventualidade de “Sobrevivência” uma variação negativa de 3,9% e na “Invalidez” uma variação negativa de 1,0%.

Rendimento Social de Inserção

Esta rubrica da despesa atingiu o montante de 102,9 milhões €, absorvendo 2,0% da despesa efectiva do Sistema, evidenciando um decréscimo de 28,0% relativamente ao mesmo período de 2010. Esta variação confirma, de um modo geral, que as medidas já introduzidas no segundo semestre do ano de 2010, produziram os resultados projectados, assegurando o cumprimento das metas para 2011.

Abono de Família

Atingiu no período em análise o montante de 185,3 milhões €, no que absorve 3,6% da despesa efectiva do Sistema. A execução de Janeiro a Março evidencia um decréscimo de 26,9% em relação



a igual período de 2010, que resulta do reenquadramento dos beneficiários por escalões de prestação, efectuado por referência aos rendimentos do ano de 2009, assim como das medidas implementadas no final de 2010, em particular a revogação do aumento extraordinário de 25% ao 1.º e 2.º escalão e a cessação do pagamento da prestação de abono de família aos dois escalões mais elevados.

Subsídio e Complemento de Doença

No montante de 119,0 milhões €, representando 2,3% da despesa efectiva do Sistema, mantém ainda uma variação de 15,0% em relação a igual período de 2010, decorrente essencialmente do aumento de processos verificado em Janeiro do ano corrente, o que reflecte a sazonalidade desta prestação e um calendário de processamentos distinto do verificado em 2010. Esta evolução deverá ser atenuada nos próximos meses.

Subsídios de Desemprego e Social de Desemprego e Apoios ao Emprego

No período de Janeiro a Março de 2011, a despesa registada com as prestações de subsídio de desemprego, social de desemprego e apoios ao emprego atingiu o montante de 522,1 milhões €, representando 10,1% da despesa efectiva e 11,1% da despesa corrente realizada.

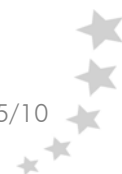
A despesa realizada no período em análise evidencia, ainda, um decréscimo de 7,2% relativamente a igual período de 2010, que reflecte o efeito das medidas que afectam este agregado, designadamente a suspensão do prolongamento do subsídio social de desemprego, bem como a alteração aos critérios de acesso a esta prestação, nomeadamente, no que concerne a condição de recursos e a redução do prazo de garantia.

Complemento Solidário para Idosos

A execução orçamental desta rubrica evidencia uma despesa de 68,5 milhões de € isto é 1,3% da despesa efectiva, reflectindo um crescimento de 6,2% face a igual período do ano transacto.

Subsidio de Parentalidade

Atingiu no período em análise o montante de 112,6 milhões €, no que absorve 2,2% da despesa efectiva do Sistema, evidenciando um acréscimo de 12,0% em relação a igual período de 2010.



Acção Social

A despesa com as prestações de Acção Social ascende ao montante de 380,0 milhões €, isto é, 7,4% da despesa efectiva do Sistema, revelando, em relação a igual período de 2010, um acréscimo nominal de 6,7 milhões de €, ou seja, uma variação positiva de 1,8%.

Subsídios a Acções de Formação Profissional

No total de 285,3 milhões €, evidenciam um acréscimo de 103,4% relativamente a igual período do ano transacto. Importa ainda referir que a despesa com acções de formação profissional co-financiada pelo FSE, apesar de reflectida na despesa efectiva do OSS, não tem impacto no saldo orçamental na óptica da contabilidade nacional, no respeito pelo princípio da neutralidade dos fundos comunitários.

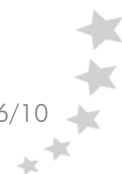
IV. SALDO ORÇAMENTAL

Em 31 de Março de 2011 o saldo da execução do orçamento do Sistema de Segurança Social, na óptica de Contabilidade Pública, é no valor de 579,7 milhões de €, superior em 76,6 milhões de €, ao valor apurado em igual período de 2010 em 15,2%.

Receita Efectiva

O acréscimo de 174,2 milhões de € registado na receita efectiva, isto é, mais 3,1% que em igual período de 2010, é justificado, nomeadamente, pelo:

- Comportamento da receita de contribuições que regista um aumento de 101,8 milhões de € relativamente ao período homólogo de 2010;
- Valor das transferências correntes recebidas do Orçamento de Estado (receitas fiscais consignadas e transferências do MTSS, incluindo o valor destinado ao co-financiamento da Componente Pública Nacional das AFP) que evidenciam no período em análise um decréscimo de 61,5 milhões de € relativamente a igual período de 2010, decorrente da redução de despesa em virtude da implementação de medidas de consolidação orçamental;

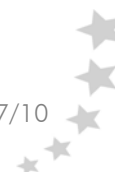


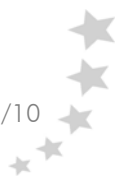
- Montante das transferências correntes recebidas do FSE, cuja diferença relativamente a igual período de 2010 é de mais **142,8** milhões de €;

Despesa Efectiva

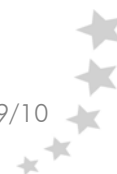
A despesa efectiva do Sistema de Segurança Social evidencia no período em análise um acréscimo de **97,6** milhões de €, isto é, mais **1,9%** quando comparado com o período homólogo de 2010, sendo que para aquela diferença concorre, nomeadamente, o valor de:

- A despesa paga em prestações sociais, registando um decréscimo de **18,8** milhões de € face a idêntico período de 2010, isto é, menos **0,4%**;
- A despesa com subsídios à formação profissional que regista um acréscimo de **145,0** milhões de € face a idêntico período de 2010, isto é, mais **103,6%**;
- As transferências para Emprego, Higiene, Segurança e Formação Profissional que registam um decréscimo de **24,5** milhões de € face a igual período de 2010, isto é, menos **14,6%**;
- O valor das restantes componentes da despesa efectiva do Sistema cujo cômputo é inferior ao registado no mesmo período de 2010 em **4,1** milhões de €.





V. ANEXOS



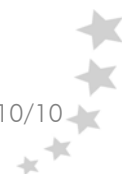
Decomposição do Saldo Global da Segurança Social

Execução Orçamental da Segurança Social

Execução Orçamental de Janeiro a Março

	Milhões de euros		Grau de Execução		VH (%)		Contrib. VH (pp.)
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	
Receita corrente	5.572,1	5.744,6	23,4%	23,9%	3,4	3,1	3,1
Contribuições e quotizações	3.292,3	3.394,1	24,4%	24,1%	1,9	3,1	1,8
IVA Social	172,3	178,8	24,7%	25,0%	0,0	3,8	0,1
Transferências correntes da Administração Central	1.793,0	1.722,7	22,7%	24,9%	7,7	-3,9	-1,3
Financiamento da Lei de Bases da SS	1.750,8	1.682,7	22,5%	25,0%	7,8	-3,9	-1,2
Transferências do Fundo Social Europeu	126,5	269,3	13,9%	20,0%	-4,2	112,9	2,6
Outras receitas correntes	188,0	179,7	22,7%	20,0%	1,5	-4,4	-0,1
Receita de capital	,4	2,0	1,3%	4,7%	-87,5	439,8	0,0
Transferências do Orçamento de Estado	,0	,6	0,0%	8,3%	-100,0		
Outras receitas capital	,4	1,4	1,6%	4,0%	-77,6	276,1	0,0
Receita efectiva	5.572,4	5.746,6	23,4%	23,9%	3,4	3,1	
Despesa corrente	5.065,9	5.163,0	19,5%	22,1%	8,3	1,9	1,9
Pensões	2.973,5	3.059,8	21,3%	21,3%	4,3	2,9	1,7
Sobrevivência	433,2	416,4	21,4%	19,8%	4,3	-3,9	-0,3
Invalidez	306,4	303,5	21,8%	21,5%	-0,3	-1,0	-0,1
Velhice	2.233,4	2.338,6	21,2%	21,5%	5,0	4,7	2,1
Beneficiários dos Antigos Combatentes	,5	1,2	0,0%	0,0%		152,6	0,0
Subsídio familiar a crianças e jovens	253,5	185,3	26,2%	25,1%	9,7	-26,9	-1,3
Subsídio por doença	103,5	119,0	23,2%	27,6%	-10,5	15,0	0,3
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	562,8	522,1	25,3%	25,3%	25,1	-7,2	-0,8
Complemento Solidário para Idosos	64,5	68,5	24,3%	25,2%	21,9	6,2	0,1
Outras prestações	190,4	207,9	23,6%	25,7%	12,9	9,2	0,3
Acção social	373,3	380,0	23,0%	23,1%	3,2	1,8	0,1
Rendimento Social de Inserção	143,0	102,9	27,5%	25,7%	20,1	-28,0	-0,8
Administração	80,7	76,1	21,0%	19,5%	-3,8	-5,7	-0,1
Outras despesas correntes	180,6	156,1	25,8%	24,2%	0,3	-13,5	-0,5
das quais:							
Transferências e subsídios correntes	180,6	156,1	25,8%	24,2%	0,3	-13,5	-0,5
Acções de Formação Profissional	140,3	285,3	11,6%	18,0%	108,8	103,4	2,9
das quais:							
Com suporte no Fundo Social Europeu	78,1	224,9	8,0%	16,4%	390,2	187,8	2,9
Despesas de capital	3,4	3,9	10,4%	11,7%	-35,9	13,8	0,0
PIDDAC	,0	,3	0,0%	4,3%	-100,0		
Outras	3,4	3,6	23,8%	9,6%	88,8	4,7	0,0
Despesa efectiva	5.069,3	5.167,0	21,9%	22,0%	8,2	1,9	
Saldo global	503,1	579,7	77,3%	96,7%			
<i>Por memória:</i>							
Activos financeiros líquidos de reembolsos	-14,2	301,5					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	,0	,0					
Poupança (+) /Utilização (-) de saldo da gerência anterior	517,3	278,1					

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP





INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA
DA SEGURANÇA SOCIAL, IP
Av. Manuel da Maia, N° 58
1049-002 Lisboa

www.seg-social.pt
T. 21 843 333 0
F. 21 843 372 0